

JORNALISMO E DITADURA: Análise da cobertura midiática durante os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade ¹

JOURNALISM AND DICTATORSHIP: Analysis of news coverage during the National Truth Commission operation

Fernanda Nalon Sanglard ²

Resumo: O artigo analisa o quanto o assunto “ditadura militar” foi repercutido nos meios de comunicação brasileiros durante o funcionamento da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Quarenta e oito anos após o golpe de 1964 e quase 30 anos após o fim do período ditatorial, uma comissão foi criada no Brasil para investigar as violações de direitos humanos cometidas naquele período. Qual o espaço jornalístico-midiático conferido a ela? Como o jornalismo brasileiro cobre a ditadura durante o funcionamento da CNV? O paper visa responder estas questões e apresentar essa política pública do Estado em prol da memória e verdade. Os resultados apresentados correspondem à análise da cobertura noticiosa no período de junho de 2012 a dezembro de 2014. A Análise de Conteúdo é utilizada como método para mapear a cobertura, verificar regularidades e realizar inferências a partir de 8.422 registros jornalísticos publicados por mais de 60 veículos de comunicação.

Palavras-Chave: Journalism. Ditadura militar. Comissão Nacional da Verdade.

Abstract: This paper analyzes how wide the news coverage about “military dictatorship” was in the Brazilian news media during National Truth Commission (CNV in Portuguese) activities. Forty-eight years after 1964 Coup d’etat and nearly 30 years after the end of the dictatorial period, a commission was created in Brazil to investigate human rights violations committed during that time. How was the media space given to it? How did Brazilian media cover dictatorship issues during the CNV operation? This paper aims to answer these questions and present that initiative of the Brazilian government for the sake of memory and truth. This research also monitors the news coverage in the period between June 2012 and December 2014. To achieve the goals, Content Analysis will be used to map the news coverage, to identify regularities and to do inferences using a database of 8,422 stories published by over 60 media outlets.

Keywords: Journalism. Military dictatorship. National Truth Commission.

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Jornalismo Político do VII Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (VII COMPOLÍTICA), realizado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), de 10 a 12 de maio de 2017.

² Jornalista, mestre em comunicação pela UFJF e doutora em comunicação pela UERJ. nandanalon@yahoo.com.br. Este paper é resultado parcial de pesquisa financiada com bolsa de doutorado sanduíche pela Capes processo 99999.006435/2015-07.

1. Introdução

Quase 30 anos foram necessários após o fim da ditadura militar para que o Governo brasileiro instalasse uma comissão da verdade e iniciasse uma importante etapa da Justiça de Transição: a investigação dos crimes pelo Estado como ação em prol da “memória e verdade”. No Brasil, a iniciativa pode ser considerada tardia se comparada com outros países da América Latina, como Argentina, Chile, Guatemala, Peru, Uruguai, entre outros, que desenvolveram ações com espaço temporal menor entre o fim do período de exceção e o início das investigações. Isso não quer dizer que a experiência brasileira seja pior ou melhor do que a dos demais países latino-americanos, mas sim que por aqui o processo pode ser considerado diferente – e até mesmo atípico – se comparado com todas as outras experiências internacionais de funcionamento de comissões da verdade³.

Além de a comissão brasileira ter sido instalada muito tempo depois do fim do regime ditatorial, as ações no país não ocorreram como em geral é observado em outras regiões onde primeiramente se desenvolve investigações e ações de “memória e verdade” – visando à identificação dos responsáveis pelas violações e à adoção de narrativa condizente com os fatos comprovados, para depois se promover reparações – como o reconhecimento oficial dos danos causados, a compensação de tais danos e a concessão de anistia, bem como a instauração de inquéritos que possibilitem atribuir responsabilidades e eventualmente punir os violadores. No Brasil, o processo é iniciado com a aprovação da Lei de Anistia em 1979, que garante anistia irrestrita, mas também beneficia os perpetradores de modo desproporcional ao garantir “autoanistia” sem a necessidade de abertura de arquivos, revelação do paradeiro dos corpos desaparecidos ou reconhecimento das violações e pedido de perdão. Em seguida, foram desenvolvidas ações de reparação, por meio, principalmente, da Comissão de Anistia. E apenas recentemente as ações mais amplas de abertura de arquivos subsidiadas pela legislação, a investigação e contextualização das violações

³ Outras 40 experiências foram identificadas por Priscilla Hayner (2011), que realizou um amplo apanhado das comissões da verdade criadas entre 1974 e 2009 em todo o mundo.

bem como de recomendações ao Estado e à sociedade foram efetivadas a partir dos trabalhos de uma comissão de âmbito nacional e da sanção da Lei de Acesso à Informação.

Com o nome Comissão Nacional da Verdade (CNV), o colegiado brasileiro foi instalado em maio de 2012 e teve até dezembro de 2014 para concluir os trabalhos. A partir de depoimentos orais de vítimas, testemunhas e perpetradores, de oitivas e visitas a unidades de repressão e de pesquisas realizadas em arquivos, o grupo investigou e tornou públicas as violações dos direitos humanos (ocorridas principalmente durante a ditadura) com o objetivo de promover a responsabilização não-penal. É fato que muitas das informações contidas no relatório final da CNV já eram conhecidas da população brasileira. Contudo, a iniciativa representa um avanço no sentido de que pela primeira vez o Estado financiou uma política de memória desse porte, voltada para o resgate dos fatos históricos bem como para a valorização das memórias das vítimas por meio da produção de um documento público e acessível que identificou e nomeou os suspeitos de cometer violações e indicou recomendações que deveriam ser seguidas pelo Estado e pela sociedade para mitigar os danos, evitar problemas semelhantes e fortalecer o sistema democrático.

Em grande medida, o objetivo da CNV de tornar públicos os documentos do período de exceção e também as circunstâncias em que as violações ocorreram só poderia ser alcançado a partir da divulgação na mídia jornalística, de forma que o tema chegasse ao grande público. Diante disso, e do entendimento da importância histórica, social e política da instalação da CNV, é de interesse deste estudo verificar qual espaço o jornalismo garantiu ao resgate do tema “ditadura” durante o período em que a comissão funcionou.

A análise é feita a partir de material extraído do *clipping* jornalístico da assessoria de comunicação da CNV, que diariamente realizava um apanhado do conteúdo noticioso publicado por veículos de comunicação de todo o país. O acesso ao *clipping* proporcionou a criação de um banco de dados com 8.422 registros jornalísticos (incluindo desde notas, notícias e reportagens a comentários, editoriais e artigos de opinião) provenientes de mais de 60 veículos e publicados entre junho de 2012 e dezembro de 2014. Tal material inclui conteúdo textual, audiovisual e multimídia,

desde que ainda disponíveis na internet. Ainda que tal material não consiga abranger tudo que foi publicado sobre a ditadura no período de funcionamento da CNV, a variedade de veículos e de registros e a constância em que o material foi coletado indicam que ele foi capaz de reunir, em quantidade e qualidade, conteúdo suficiente para construir um mosaico representativo da dinâmica da cobertura. A Análise de Conteúdo⁴ é o método usado para proceder com a “mineração” detalhada e sistemática dos dados acumulados. Os principais resultados referentes à abrangência da cobertura, aos temas priorizados e à frequência com que o assunto foi abordado serão apresentados nas próximas seções.

2. Uma comissão com status de “política de Estado”

Quando em 16 de maio de 2012 a solenidade de instalação da CNV foi retratada pelos jornais, uma imagem ganhou as telas e as páginas dos noticiários: o encontro inédito de todos os ex-presidentes republicanos vivos. A presença desses representantes (Sarney, Collor, Fernando Henrique e Lula) ao lado da então presidente Dilma Rousseff (PT) – a quem coube instalar a comissão e nomear seus integrantes – tem grande valor simbólico e representa não apenas a amplitude das articulações políticas necessárias para a criação da CNV como também o status de “política de Estado” que o governo pretendia atribuir ao colegiado.

FIGURA 1
Presidentes ilustram capa de jornal no dia seguinte à instalação da CNV



Fonte: Reprodução jornal *O Globo* de 17/05/2012

⁴ Sobre análise de conteúdo, ver BARDIN (2008), BAUER (2011), HERSCOVITZ (2007).

A representação da solenidade de instalação da CNV nos jornais teve como marco a participação dos ex-presidentes, como foi demonstrado na foto de capa do jornal *O Globo* (Figura 1) de 17 de maio de 2012 como no comentário de Roseann Kennedy na *rádio CBN* transcrito abaixo:

A preocupação foi em transformar o ato e essa criação da comissão da verdade em realmente um ato de Estado, deixar claro que não foi algo definido e decidido por ela, mas algo de Estado, que começou a ser trabalhado lá atrás, como ela mesmo citou, ainda no governo Collor, quando abriu os arquivos do Dops. E aí citou também os ex-presidentes, presentes aqui inclusive, Lula, Fernando Henrique Cardoso, a colaboração de Fernando Henrique, a colaboração do ex-presidente Lula, mostrando o que cada um fez para chegar neste momento. [...] É um momento histórico (CBN, 2012).

Os impressos *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o telejornal *Jornal Nacional* e o portal de notícias *G1* também destacaram esse aspecto. Reportagem de 2min9s de Júlio Mosquéra no *Jornal Nacional* de 16 de maio destacou a presença dos ex-presidentes ao lado de Dilma Rousseff e mencionou que a comissão representava um momento de “celebração de uma maturidade política construída com a ajuda de cada um dos presidentes que governaram o país após a ditadura militar” (JN, 2012).

Figura 2
Frame de reportagem do *Jornal Nacional* sobre a CNV



Fonte: Reprodução site <www.g1.globo.com/jornal-nacional>

O ineditismo da solenidade não se deve, contudo, somente à presença dos atores políticos, mas também ao fato de que pela primeira vez o governo nomeava uma comissão para apurar os crimes cometidos pelo próprio Estado, pela primeira vez este Estado assumia as rédeas de uma política pública em prol da memória de

grandes traumas, e pela primeira vez a presidente que ganhou fama de durona se emocionava em público, revelando o choro daqueles que perderam entes queridos na luta contra a ditadura. Dilma Rousseff, aliás, foi quem conduziu o tom de defender que a CNV não seria uma política de governo, mas sim de Estado, o que se concretizava tanto com a presença dos ex-presidentes quanto com a diversidade de matizes políticos representada pelos comissários nomeados.

A Lei 12.528 – que criou o colegiado e foi sancionada em 2011 – considerou a participação na CNV como serviço público relevante e vetou a indicação de nomes que exercessem cargos executivos em agremiação partidária (com exceção daqueles de natureza honorária) ou que tivessem cargo em comissão ou função de confiança em quaisquer esferas do poder público (LEI 12.528, 2011; CNV, 2014).

Sete brasileiros “de reconhecida idoneidade e conduta ética, identificados com a defesa da democracia e da institucionalidade constitucional, bem como com o respeito aos direitos humanos” foram indicados pela Presidência da República para compor o colegiado (LEI 12.528, 2011). Foram eles: o ex-procurador-geral da República (no governo Lula) Claudio Lemos Fonteles; o ministro do Superior Tribunal de Justiça Gilson Langaro Dipp; o advogado, defensor de presos políticos e ex-ministro da Justiça (no governo FHC) José Carlos Dias; o advogado e ex-ministro da Justiça (no governo Sarney) José Paulo Cavalcanti Filho; a psicanalista Maria Rita Kehl; o professor titular de ciência política da Universidade de São Paulo (USP) e ex-ministro de Direitos Humanos (no governo FHC) Paulo Sérgio Pinheiro; e a advogada criminal e defensora de presos políticos Rosa Maria Cardoso da Cunha.

Devido a problemas de saúde, Gilson Dipp se afastou do colegiado em setembro de 2012, e não foi substituído, permanecendo a vaga ociosa. Em junho de 2013, Claudio Fonteles renunciou ao cargo, tendo sido a vaga preenchida em setembro de 2013 pelo advogado e professor de direito internacional do Instituto de Relações Internacionais da USP Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari, que se tornou o coordenador da comissão até o fim dos trabalhos (CNV, 2014).

Com a alta popularidade do governo federal – segundo o Datafolha (2012), o Governo Dilma possuía 62% de aprovação na ocasião – e as articulações feitas no Congresso para que a lei que criava a CNV tramitasse sem grandes impasses, o

colegiado encontrou ambiente político favorável para desenvolver o início dos trabalhos, ainda que setores conservadores e militares da reserva contrários à tal atuação sempre tenham sido críticos à CNV.

3. Como os veículos de comunicação noticiaram a ditadura e a comissão

Diante da importância política e social da criação de uma comissão da verdade, é fundamental buscar saber que tipo de narrativas jornalísticas sobre a ditadura foi privilegiada durante o período que a CNV funcionou. Qual o espaço conferido a elas? Quais veículos mais se dedicaram à cobertura? Quem são os jornalistas que mais assinaram notícias sobre a temática? De que modo a ditadura volta a ser um assunto de interesse midiático cotidiano? Como a instituição de uma comissão da verdade interfere nesse processo? O *paper* visa responder a essas questões como forma de compreender de que modo se deu a distribuição das representações midiáticas dessa política de memória inédita no país.

Diante de tais questões, duas hipóteses foram elaboradas: a primeira é de que haverá crescimento da cobertura enquanto os trabalhos se desenvolvem, sendo que a linha de crescimento acompanhará o desenrolar das atividades do colegiado, atingindo seu ápice com a entrega do relatório final; a segunda é que a cobertura noticiosa será predominantemente reativa em lugar de investigativa. Ou seja, em vez de atuarem como “*watchdogs*”, cobrindo as atividades da CNV de forma independente, antecipando-se ao calendário de divulgações do colegiado quando necessário e realizando investigações autônomas, os meios de comunicação serão pautados pela agenda de atividades da comissão e pelos marcos de rememoração (como os 50 anos do golpe, o primeiro ano da CNV, etc.). Para testá-las, foi eleito como método a análise de conteúdo.

Conforme propõe Laurence Bardin (2008, p.40), “a análise de conteúdo aparece como um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”. Partindo de ideia semelhante, Klaus Krippendorff (1990) compreende a análise de conteúdo como técnica que parte de dados para formular inferências que podem ser reproduzidas e

aplicadas ao contexto do que se analisa. O método envolve a seleção do material que será trabalhado, a necessidade de se definir o corpus ou a amostragem de unidades de texto, o estabelecimento de categorias e da forma como a codificação será feita.

Nesta pesquisa trabalhamos com material proveniente do *clipping* de notícias elaborado pela assessoria de comunicação da CNV no período entre julho de 2012 (quando o *clipping* começa a ser produzido) e dezembro de 2014 (quando a comissão encerra as atividades). Do conteúdo total do clipping foram consideradas 8.422 narrativas jornalísticas que possuem links válidos na internet, provenientes de mais de 60 veículos de comunicação de todas as regiões do país. Para trabalhar com os dados, cada notícia foi organizada conforme as categorias: data do clipping, data da notícia, tipo de mídia, nome do veículo, editoria, título, autoria/repórter, link. Enquanto a frequência e os aspectos gerais da cobertura foram analisados a partir da totalidade do material, os aspectos qualitativos foram verificados em amostra determinada a partir da ferramenta da semana composta⁵.

A partir do cruzamento da quantidade de registros jornalísticos que abordam a ditadura por data de veiculação (Quadro 1), é possível identificar que a temática foi mais valorizada no ano de 2014, quando a CNV já estava em sua etapa final.

QUADRO 1
Distribuição do número de registros jornalísticos por ano

Ano ⁶	Frequência	%
2012	878	10,4
2013	2643	31,4
2014	4901	58,2
Total	8422	100,0

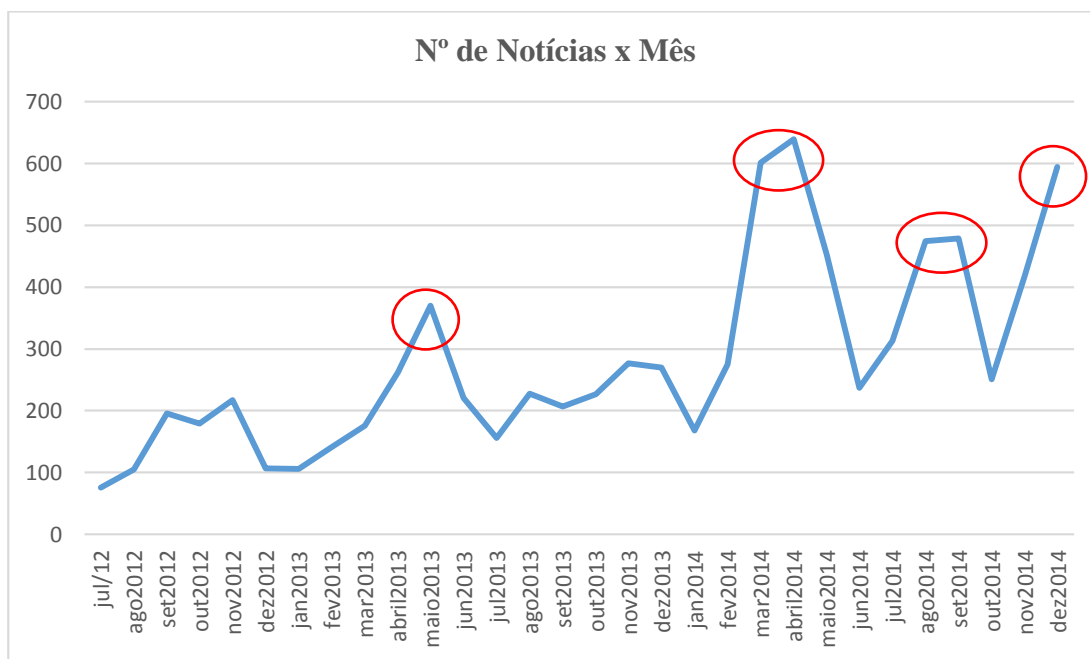
Fonte: A autora

⁵ Conforme Hansen et al. (1998), a estratégia de amostragem frequentemente utilizada para obter amostra representativa da cobertura utiliza uma semana contínua (de segunda a domingo) conjugada com a semana composta (rolling week ou composite week), que analisa o material veiculado na segunda-feira da primeira semana, terça-feira da segunda semana, quarta-feira da terceira semana e assim por diante

⁶ Em 2012, os dados são de julho a dezembro.

Se os dados forem observados a partir da distribuição mensal do conteúdo (Gráfico 1), é possível verificar o progresso e as variações da cobertura, além de identificar os meses e os temas que foram privilegiados. O Gráfico 1 demonstra a quantidade de notícias veiculadas no decorrer do funcionamento da CNV. No eixo vertical, está o número de notícias e, no eixo horizontal, a distribuição mensal das mesmas. Assim, a linha azul representa o total de notícias mês a mês, já os círculos em destaque indicam os ápices da cobertura.

GRÁFICO 1
Espaço midiático conferido ao tema a cada mês



Fonte: A autora

A partir da observação da frequência das publicações é possível inferir que houve crescimento da cobertura e tal crescimento acompanhou o desenrolar das atividades do colegiado, confirmando parcialmente a primeira hipótese. Contudo, era esperado que o principal ápice se desse com a entrega do relatório final (em dezembro de 2014), mas, como pode ser percebido no Gráfico 1, a quantidade de veiculações dos meses de março e abril de 2014 (em decorrência dos especiais rememorativos

do aniversário do golpe de 64) é próxima, mas superior à do encerramento da CNV, refutando parte da primeira hipótese.

Considerando os ápices de cobertura que surgem na metade superior do gráfico (acima de 350 publicações), o primeiro momento observado ocorre justamente quando a CNV completa um ano de atividades, em maio de 2013. Tal período coincide também com a crise interna instalada no colegiado, que culminou com a saída do comissário Cláudio Fonteles do grupo em junho daquele ano. Já o segundo pico, entre março e abril de 2014, corresponde ao 50º aniversário do golpe civil-militar de 1964. A cada cinco ou dez anos do ato, os jornais costumam elaborar cadernos e reportagens especiais relembando e revendo os fatos. A diferença é que, em 2014, a cobertura foi mais ampla⁷, o que se justifica pelo simbolismo da data – 50 anos –, mas também por haver uma comissão da verdade em funcionamento no país. Um outro fator que influenciou nesse momento foi a morte de Paulo Malhões⁸, considerado um marco na trajetória da CNV pelos que atuaram no colegiado. Isso não só porque soava estranha a morte do militar reformado um mês após o depoimento ao colegiado, mas também porque as pessoas perceberam que ele se parecia com Saddam Hussein, o que transformou o caso policial em viralização de piadas e memes na internet. “Por ironia, Malhões impressionou pela semelhança física com outro tirano, o ex-ditador iraquiano Saddam Hussein (1937-2006)” dizia a Folha de S. Paulo em reportagem do dia 26 de abril de 2014.

O terceiro pico da cobertura, entre agosto e setembro de 2014, é influenciado pelo fato de a CNV ter realizado em julho uma série de coletas de depoimentos de agentes da ditadura. Em duas semanas, o colegiado convocou 21 pessoas e divulgou

⁷ No artigo “Traumatic Past: O Globo newspaper coverage on the Brazilian military dictatorship”, apresentado com Juliana Gagliardi, em novembro de 2015, no Congresso Global Fusion, Texas A&M University (EUA), analisamos as coberturas dos aniversários do golpe no jornal O Globo entre 1965 e 2014 e comprovamos que, após a redemocratização, o espaço foi substancialmente ampliado nos 50 anos do golpe, em 2014. Enquanto no aniversário de 30 anos do golpe O Globo dedicou 28 páginas ao tema, em 2014 foram 45.

⁸ O tenente-coronel reformado Paulo Malhões, 76 anos, foi agente do Centro de Informações do Exército e assumiu em depoimento à comissão da verdade ter realizado práticas de tortura durante a ditadura. Ele foi encontrado morto em sua residência em Nova Iguaçu aproximadamente um mês depois de prestar depoimento à CNV. A principal suspeita era queima de arquivo, mas o inquérito policial foi concluído descartando essa hipótese e indiciando três suspeitos (incluindo o caseiro de Malhões) por latrocínio, por terem sufocado a vítima – que faleceu em decorrência de enfarte – após o roubo de armas e computador.

informações importantes reveladas por suspeitos de terem cometido ou testemunhado violações dos direitos humanos. Ainda em agosto, a líder do grupo Avós da Praça de Maio reencontrou o neto que havia sido sequestrado pela ditadura argentina há 36 anos. O fato foi amplamente divulgado pela imprensa brasileira e alimentou as esperanças dos familiares de desaparecidos políticos daqui.

A conjunção desse fato com a divulgação pela CNV, no fim de agosto e início de setembro, da localização dos restos mortais de Epaminondas Gomes de Oliveira ajudou a dar amplitude midiática aos trabalhos do colegiado. Epaminondas era considerado até então desaparecido, mas já se suspeitava de que ele tivesse sido morto em 1971, por ter atuado em oposição à ditadura. Sua ossada foi a única localizada e identificada como de desaparecido político pela CNV. A corrente de iniciativas em prol da localização de corpos culminou com o anúncio, em setembro, de que o trabalho de identificação das ossadas encontradas no Cemitério Dom Bosco (também conhecido como cemitério de Perus), em São Paulo, suspenso há 24 anos, seria retomado.

O caso Epaminondas é um exemplo de como em algumas circunstâncias a CNV conseguia pautar a imprensa e desenvolver ações que pudessem manter o assunto na agenda, visto que as informações sobre a identificação do corpo já estavam disponíveis desde maio de 2014, mas, devido à proximidade com o aniversário do golpe e ao objetivo de preparar melhor a divulgação e destacar a ação, que poderia receber pouca atenção em meio à efeméride, o anúncio oficial só ocorreu quatro meses depois.

Ainda em setembro de 2014, a CNV deu prosseguimento às convocações de militares para depor e realizou viagem a Marabá, região do Pará que se tornou conhecida devido à Guerrilha do Araguaia. Todos esses acontecimentos repercutiram nos meios de comunicação e ajudaram a constituir o terceiro ápice.

O último ponto alto da cobertura foi identificado no mês de dezembro de 2014, devido ao encerramento das atividades e entrega do relatório circunstanciado da comissão. O relatório é o primeiro documento de autoria do Governo brasileiro que assume a tortura como uma política de Estado e divulga nomes de perpetradores. A repercussão do documento foi grande, tanto no país quanto no exterior, confirmando

a proposição de que o encerramento dos trabalhos foi um dos ápices da cobertura. Contudo, a extensa cobertura do aniversário do golpe colocou os dois eventos quase que em “pé de igualdade”, fazendo com que o aniversário, quantitativamente, recebesse ainda mais atenção. Isso acaba por refutar parte da proposição, já que a entrega do relatório não representa um ápice exclusivo, mas sim compartilhado com o ato de rememoração.

A coincidência dos ápices da cobertura com os marcos de rememoração, eventos promovidos e momentos estimulados pela CNV (como o balanço de um ano dos trabalhos do colegiado, os 50 anos do golpe, a divulgação de relatórios parciais de investigação e a cobertura do caso Epaminondas), além do baixo índice de reportagens investigativas verificado no período – apenas 2% da amostra analisada (de 404 registros identificados a partir do método da semana composta) foram classificados como investigações e denúncias da própria imprensa – confirmam uma das hipóteses de trabalho. Ou seja, de fato a cobertura noticiosa foi predominantemente reativa em lugar de investigativa.

4. Cobertura por veículo

Para compreender a dinâmica da cobertura em questão, buscou-se também identificar os tipos de mídia em que o material foi publicado. Ainda que todo o conteúdo esteja disponível na internet, parte dele é proveniente de jornais impressos e de sites noticiosos, mas também há conteúdo audiovisual extraído de sites de programas de rádio e televisão.

QUADRO 2
Tabulação cruzada: Ano x Tipo de Mídia

Ano	Tipo de Mídia				Total
	Impresso & internet	TV	Rádio		
2012	Contagem	793	68	17	878
	% em tipo de mídia	10,6%	10,2%	6,4%	10,4%
2013	Contagem	2479	136	28	2643
	% em tipo de mídia	33,1%	20,5%	10,5%	31,4%

2014	Contagem	4220	460	221	4901
	% em tipo de mídia	56,3%	69,3%	83,1%	58,2%
Total	Contagem	7492	664	266	8422
	% em tipo de mídia	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: A autora

Enquanto 7.492 registros jornalísticos (89% do total) foram veiculados em jornais impressos e sites noticiosos, apenas 664 representam produto audiovisual (8%) e 266, conteúdo radiofônico (3%).

Esse predomínio do impresso e da internet se deve a dois fatores: a diferença de formato e a variedade de conteúdo disponibilizado no clipping. A diferença de formato é justificável pelo fato de que sites e jornais impressos costumam ter mais espaço do que telejornais e programas jornalísticos das rádios incluídas no clipping. Quanto ao conteúdo disponibilizado, cabe ressaltar que também há muito mais jornais e sites de abrangência nacional do que canais de televisão e rádio. Além de o clipping incluir poucos veículos radiofônicos quando comparados aos outros meios de comunicação (o que também é atribuído às dificuldades operacionais de acesso a tal material, já que nem todas as rádios disponibilizam seus conteúdos na íntegra na internet, o que remete à questão já discutida sobre a memória na web).

As porcentagens indicam que, apesar da diferença no quantitativo absoluto, em todos os tipos de mídia houve crescimento da cobertura com o passar do tempo. O ano de 2014 foi o mais expressivo, com 53% de todo o conteúdo de impresso e internet disponível, 69% do total de televisão e 83% do total de rádio. Enquanto a cobertura do impresso e on-line triplicou, a de televisão duplicou e a de rádio aumentou 65% entre 2012 e 2013. Já entre 2013 e 2014, o aumento foi de 70% no primeiro grupo, 238% no segundo e 690% no terceiro.

A primeira dúvida ocasionada em relação a esses números foi: o *clipping* teria sido aprimorado em relação a rádio e TV em 2014? Pois isso poderia influenciar os dados sobre a cobertura. Tal questionamento foi feito ao assessor de comunicação da CNV, Marcelo Oliveira, que garantiu que não houve mudanças na forma de execução do clipping em relação às mídias, o que ocorreu foi mudança na condução

dos trabalhos da CNV, principalmente durante a coordenação de Pedro Dallari, no relacionamento com a imprensa e no interesse desses veículos pelos assuntos da comissão. Isso se deu não apenas por conta dos 50 anos do golpe, mas também porque, em 2014, a comissão desenvolveu um cronograma de divulgação de relatórios preliminares, transferiu a maioria das coletivas de imprensa para o Rio de Janeiro, investiu em produção de material próprio para auxiliar os jornalistas (como, por exemplo, vídeos) e desenvolveu uma iniciativa que foi considerada um marco tanto pela imprensa quanto pelos comissários, que foram as visitas às instalações militares para que as vítimas reconhecessem os locais de tortura. Portanto, esses fatores estimularam de algum modo o maior interesse das produções de rádio e TV.

A análise realizada também permitiu identificar quais foram os veículos que mais cobriram a temática. Dentre os mais de 60 meios de comunicação identificados, estão destacados no Quadro 3 os 25 veículos que mais se destacaram. O quadro contém a quantidade total de materiais provenientes de cada veículo, bem como o quanto isso representa proporcionalmente em relação à totalidade da cobertura.

QUADRO 3
Quantidade de registros jornalísticos por veículo

Veículo	Nº Notícias	%
Folha de S.Paulo	867	10,3
O Globo	747	8,9
Estadão	739	8,8
Portal Vermelho	669	7,9
G1	509	6,0
Agência Brasil	478	5,7
Assessorias de Com. e sites inst.	341	4,0
Rede Brasil Atual	309	3,7
Carta Capital	231	2,7
TV Globo	277	3,3
Portal Terra	183	2,2
TV Brasil	171	2,0
Correio Braziliense	133	1,6
Estado de Minas	128	1,5
Rádio CBN	118	1,4
GloboNews	107	1,3

Zero Hora	107	1,3
Radioagência Nacional	103	1,2
EBC/NBR	96	1,1
R7	95	1,1
Diário de Pernambuco	84	1,0
Jornal do Brasil	75	,9
Jornal do Commercio	72	,9
iG	68	,8
Uol	61	,7
O Dia	55	,7
Outros	1599	19,0
Totais	8422	100,0

Fonte: A autora

A *Folha de S. Paulo* foi o jornal que realizou a maior cobertura, tendo veiculado, durante o período de funcionamento da CNV, 867 conteúdos ainda disponíveis online, seja como notas, notícias, reportagens, editoriais, ou como artigos de opinião. Apenas as publicações da *Folha* representam 10% de tudo o que foi coletado sobre o assunto. Em seguida, aparece *O Globo*, com 747 registros e *O Estado de S. Paulo*, com 739. Tanto a cobertura de *O Globo* quanto a do *Estadão* representam, cada, quase 9% do material total. É interessante notar que os cinco primeiros meios de comunicação do “ranking” foram responsáveis por 42% de toda a cobertura.

Ainda que a maioria dos veículos que ocupam o topo da lista façam parte do *mainstream*, chama a atenção o fato de dois sites considerados “alternativos” – o Portal Vermelho e o da Rede Brasil Atual – ocuparem posição de destaque na listagem e terem conseguido repercutir o assunto tanto quanto os de grande circulação e acesso. Enquanto o Vermelho acumulou 669 inserções (quase 8% do total veiculado por todas as mídias), a Rede Brasil Atual somou 309 (3,7%).

As revistas impressas semanais, no entanto, divulgaram pouco conteúdo sobre a ditadura e a CNV. Dos 25 principais veículos incluídos na listagem dos que mais cobriram, entra apenas a revista Carta Capital, com 231 registros. Apesar de terem apresentado índices menores, foram encontrados no clipping registros com links ainda válidos das revistas IstoÉ, Época e Veja.

QUADRO 4
Editorias em que o conteúdo está vinculado

Editoria	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida
Política/Poder/Eleições	1898	22,5	28,0
Brasil/Nacional/Pais	1232	14,6	18,2
Localidades (Rio, SP, MG...)	733	8,7	10,8
Cidadania/D.Humanos	583	6,9	8,6
Artes/Cultura/Ilustrada/ Entretenimento	404	4,8	6,0
Opinião/Colunistas	381	4,5	5,6
Internacional/Mundo/ A.Latina	357	4,2	5,3
Blogs	123	1,5	1,8
Repórter Brasil ⁹	101	1,2	1,5
Economia/Negócios/ Mercado	42	,5	,6
Justiça	31	,4	,5
Outras	898	10,7	13,2
Não se aplica	1639	19,5	-
Total	8422	100,0	-

Fonte: A autora

Se antes a ditadura parecia ser assunto apenas das páginas de política, uma das observações a ser feita é que, durante o funcionamento da CNV, passa a ser pauta nas mais diversas editorias, abrangendo desde viés relativo à economia e à cultura, até temas de interesse local ou regional. Contudo, 46% do conteúdo classificado em algum tipo de editoria é referente às seções de política, pois, na maioria dos veículos, as editorias de Nacional, Brasil e País (caso do jornal *O Globo*) também tratam de política ou, ainda que não se atenham apenas às ações dos Três Poderes, cobrem outros temas relacionados à área e às políticas públicas de interesse nacional.

A autoria dos registros jornalísticos é a última variável analisada nesta primeira fase. O objetivo, ao incluir esse dado, é conhecer quem foram os jornalistas que mais assinaram matérias sobre o assunto e contribuir para as discussões sobre o papel exercido por tais profissionais na cobertura. Como o levantamento origina mais de mil

⁹ Repórter Brasil não é exatamente uma editoria, mas a forma como a EBC editorializava o conteúdo de interesse nacional veiculado no programa *Repórter Brasil* – da TV Brasil – disponibilizado no site.

nomes, listamos inicialmente 470 autores que publicaram duas matérias ou mais e, depois, a listagem foi reduzida até chegar ao que consta no Quadro 5, que representa apenas os jornalistas que assinaram 20 ou mais matérias.

QUADRO 5
Jornalistas que mais cobriram o tema

Autor / Repórter	Frequência	%
Roldão Arruda (Estadão)	141	1,6
Evandro Éboli (O Globo)	84	1,0
Elaine Patrícia Cruz (Agência Brasil)	61	,7
Chico Otavio (O Globo)	56	,7
Luciano Nascimento (Agência Brasil)	56	,7
Marsílea Gombata (Carta Capital)	48	,6
Tatiana Farah (O Globo)	43	,5
Juliana Dal Piva (O Globo)	41	,5
Patrícia Britto (Folha)	37	,4
Vitor Nuzzi (Rede Brasil Atual)	36	,4
Ancelmo Gois (O Globo)	35	,4
Leonencio Nossa (Estadão)	34	,4
Matheus Leitão (Folha)	31	,4
Bernardo Mello Franco (Folha)	30	,3
Isabela Veira (Agência Brasil)	30	,3
Wilson Tosta (Estadão)	28	,3
Lucas Ferraz (Folha)	26	,3
Wilson Lima (iG)	25	,3
Erikson Walla (Vermelho)	23	,3
Monica Bergamo (Folha)	23	,3
Thaise Constancio (Estadão)	23	,3
Akemi Nitahara (Agência Brasil)	22	,3
Ivan Richard (Agência Brasil)	22	,3
Flavia Villela (Agência Brasil)	21	,2
Tadeu Breda (Rede Brasil Atual)	21	,2
Monica Sanches (TV Globo)	21	,2
Daniel Mello (Agência Brasil)	20	,2
Marcelo Brandão (Agência Brasil)	20	,2
Vasconcelo Quadros (iG)	20	,2
Vinicius Lisboa (Agência Brasil)	20	,2

Fonte: A autora

Na listagem dos jornalistas que mais publicaram conteúdo assinado sobre a temática, após os nomes, encontram-se os veículos nos quais atuaram durante o

período de funcionamento da CNV (alguns atuam hoje em locais ou funções diferentes). É importante destacar como o interesse pessoal dos jornalistas pela temática da ditadura e fato de alguns veículos terem destinado nomes específicos para atuarem como setoristas da comissão da verdade recaem no tipo de profissional que atuou com mais destaque na cobertura.

Quem lidera a lista é Roldão Arruda, então repórter e colunista de *O Estado de S. Paulo*, que assinou 141 registros obtidos no levantamento. Em entrevista para a pesquisa, Roldão¹⁰ explica que desde o movimento estudantil e o início da atuação como jornalista tem interesse pelo tema. “Acho que, desde lá atrás, eu tinha uma sensibilidade para tratar do assunto”, afirma ao contar que, enquanto estudante secundarista e universitário, fez parte do movimento estudantil e foi crítico do regime ditatorial. “A ditadura para mim era uma coisa muito presente. E, quando eu estava terminando a faculdade, eu recebi uma proposta para vir trabalhar no jornal *O Movimento*, que era um jornal alternativo de oposição ao regime.” Roldão explica que, desde quando atuou no jornalismo alternativo até suas passagens por veículos da “grande mídia”, como as revistas *Veja*, *IstoÉ* e *Exame* e os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* (neste último ele permaneceu por 25 anos), sempre cobriu “os grandes temas nacionais fora do Congresso” e os movimentos populares. “[...] Eu cobria muito periferia, Igreja, os Sem-Terra, a questão indígena e os direitos humanos. Então essas coisas foram se aproximando.” Devido a todos esses fatores, ele conta que acabou envolvido com a comissão da verdade e acompanhou o tema desde a proposta de criação até o último dia dos trabalhos. “Eu acho que eu fui o primeiro jornalista que deu que a comissão seria instalada” (ARRUDA, 2016 apud SANGLARD, 2017).

O segundo nome da lista é do então repórter da sucursal de *O Globo* em Brasília, Evandro Éboli¹¹, que compartilha da opinião de Roldão, de que o interesse dos jornalistas pelo assunto contribui com a cobertura. Ele atuou na seção Nacional de *O Globo* por 16 anos, na qual, segundo o próprio jornalista, “entra o que não é especificamente política ou economia – cobre políticas públicas, saúde, educação,

¹⁰ Entrevista concedida para minha tese de doutorado “Verdades possíveis” (SANGLARD, 2017).

¹¹ Entrevista para SANGLARD, 2017.

Ministério da Justiça, Polícia Federal, questões indígenas...”, mas está atrelada à editoria de País (política). Por cobrir há muitos anos a Comissão de Anistia – “a gente brinca até que eu sou setorista de lá” –, disse Éboli na ocasião, detalhando que as histórias dos familiares de mortos e desaparecidos da ditadura sempre chamaram sua atenção e permearam seu trabalho. Assim, atuar na cobertura da CNV em Brasília surgiu como algo natural. “Foi interesse pessoal. Tomei para mim esse assunto, e ficou até hoje assim... Tenho certa responsabilidade sobre o assunto, você acaba conhecendo muita gente, as pessoas te procuram... Peguei o assunto no sentido de que me interessava e naturalmente ficou comigo na editoria.” Satisfeito com o trabalho desenvolvido, Éboli considera “um coroamento da profissão poder cobrir uma comissão da verdade”.

Além de Roldão e Éboli, destacam-se também na cobertura jornalistas da *Agência Brasil*, como Elaine Patrícia Cruz e Luciano Nascimento, e da *Folha de S. Paulo*, como Patrícia Britto, Lucas Ferraz, Bernardo Mello Franco e Matheus Leitão. Este último, foi ganhador do Prêmio Esso em 2003 por uma série de reportagens sobre a Guerrilha do Araguaia e de menção honrosa no Prêmio Vladimir Herzog em 2013, juntamente com o também repórter da *Folha* Rubens Valente, pela série “Os arquivos ocultos da ditadura”.

Assim como eles, o também premiado repórter Leonêncio Nossa, de *O Estado de S. Paulo*, é outro que se destaca na cobertura. Ele é autor do livro *Mata!*, que revela informações do arquivo pessoal do major Curió, conhecido como um dos protagonistas da repressão da ditadura militar à Guerrilha do Araguaia.

No jornal *O Globo*, aparecem ainda Chico Otávio, vencedor de seis prêmios Esso e autor do livro *Os porões da contravenção: jogo do bicho e ditadura militar* (em parceria com Aloy Jupiara), Tatiana Farah e Juliana Dal Piva, além do colunista Ancelmo Gois. Na revista *Carta Capital*, a repórter Marsílea Gombata foi a responsável pela maior parte da cobertura. Já na TV Globo, a jornalista que mais teve reportagens no levantamento foi Mônica Sanches, que se diz uma apaixonada por história. “Toda vez que tinha uma coisa histórica, eu fui me envolvendo. [...] É uma coisa que eu gosto. Então, o que me chamou a atenção na comissão da verdade foi essa questão histórica.” De acordo com a jornalista, a possibilidade de descobrir

novos personagens e ouvir pessoas que nunca haviam falado sobre o assunto também foi um estímulo. “Eu adoro personagens históricos em geral. E algumas das pessoas que foram à comissão da verdade são personagens históricos brasileiros, fundamentais”¹².

As observações e o perfil dos jornalistas que aparecem em destaque na listagem permitem afirmar que os principais conteúdos produzidos sobre a CNV e a ditadura envolveram, majoritariamente, dois tipos de profissionais: jornalistas experientes, alguns com perfil investigativo, e repórteres novos e promissores que se interessavam pelo assunto ou viram nele uma oportunidade de crescimento profissional. Neste último grupo, enquadram-se, por exemplo, as jornalistas Marsílea Gombata e Patrícia Britto, também entrevistadas para a pesquisa. Com poucos anos de experiência no mercado quando foram contratadas pela *Carta Capital* e *Folha de S. Paulo*, respectivamente, as duas foram inseridas na cobertura política por ocasião e, a partir do interesse pessoal e da oportunidade oferecida pelos veículos, logo se destacaram na cobertura da comissão da verdade.

Considerações finais

Considerando que a Comissão Nacional da Verdade (CNV) representou uma iniciativa importante no campo da justiça de transição no Brasil e sua atuação pode ser considerada uma política de memória que dependia das representações sociais sobre a ditadura para alcançar os objetivos almejados, considerar o espaço garantido pelos meios de comunicação à cobertura de tal tema também se torna essencial.

Neste *paper* o foco principal era buscar compreender a dinâmica da produção noticiosa sobre a ditadura durante o funcionamento da comissão. Para tal, usou-se o *clipping* elaborado diariamente pela assessoria de comunicação da CNV para ter acesso ao conteúdo publicado diariamente pelos mais diversos meios de comunicação do país. Tal *clipping* permitiu que se extraísse 8.422 registros jornalísticos, que envolvem material opinativo e informativo publicado tanto em

¹² Entrevista concedida para minha tese de doutorado “Verdades possíveis” (SANGLARD, 2017).

veículos de circulação nacional quanto nos de pequeno porte, nos mais diversos tipos de mídia.

A análise de conteúdo se demonstrou o método mais apropriado aos interesses do estudo. A partir de sua aplicação foi possível verificar que 89% desse conteúdo eram referentes a jornais impressos e sites noticiosos (7.492 registros jornalísticos), 8% eram conteúdos audiovisuais (664 inserções) e 3% conteúdos radiofônicos (266 inserções). O cruzamento da quantidade de registros jornalísticos por data de veiculação permite afirmar que a temática foi mais valorizada no ano de 2014, quando a CNV já estava em sua etapa final. Isso ocorreu principalmente devido a três fatores: (1) foi na reta final que se deu apresentação da maioria dos resultados das investigações; (2) houve ampla cobertura especial dos 50 anos do golpe; (3) a CNV desenvolveu novas estratégias de comunicação nos meses finais dos trabalhos.

A verificação realizada também permitiu identificar quais foram os veículos que mais cobriram a temática. A *Folha de S. Paulo* liderou a cobertura – tendo veiculado, durante o período de funcionamento da CNV, 867 conteúdos (10% do total) ainda disponíveis on-line – seguida dos também impressos *O Globo*, com 747 registros, e *O Estado de S. Paulo*, com 739, que alcançaram cada um quase 9% do material total. Juntos, os cinco primeiros meios de comunicação do levantamento (os impressos *Folha*, *O Globo* e *Estadão*, e os portais *Vermelho* e *G1*) foram responsáveis por 42% de toda a cobertura.

Ainda que a maioria dos veículos que ocupam o topo da lista façam parte do *mainstream*, chamou a atenção que dois sites “alternativos” – o Portal *Vermelho* e o da Rede *Brasil Atual* – tenham ocupado posição de destaque. Também foi perceptível o quanto o tema foi mais repercutido pelos impressos diários do que pelos semanários, visto que na listagem dos 25 principais veículos incluídos, a única revista incluída foi a *Carta Capital*. Isso indica que dominaram a cobertura os veículos do *mainstream* e os alinhados com a ideologia política de esquerda.

Os resultados também demonstram que de fato houve aumento do número de notícias sobre a ditadura durante o funcionamento da CNV, mas a primeira hipótese é parcialmente refutada, visto que, ao contrário do que se imaginava, a maior cobertura não se deu apenas em decorrência do encerramento dos trabalhos e da

consequente entrega do relatório final, mas também devido aos cadernos especiais dedicados aos 50 anos do golpe de 1964. A linha de crescimento da cobertura não é, portanto, regular e sofre interferência da agenda estabelecida pela CNV e dos tradicionais marcos de rememoração, o que ajuda a confirmar a segunda hipótese, reforçada também pelo baixo índice de reportagens investigativas identificado no período de análise.

O artigo também se propôs a conhecer quem foram os jornalistas mais engajados na cobertura. Cruzando dados referentes à frequência das publicações por autoria, foi possível identificar tais profissionais e, pelo histórico de atuação, afirmar que os principais conteúdos sobre a ditadura durante o funcionamento da CNV envolveram, majoritariamente, dois tipos de jornalistas: repórteres experientes, alguns com perfil investigativo, e repórteres novos e promissores, que se interessavam pelo assunto ou viram nele uma oportunidade de crescimento profissional.

É preciso mencionar que os resultados apresentados nesse artigo integram parte de uma pesquisa mais ampla – intitulada “Verdades possíveis” (SANGLARD, 2017) – sobre a cobertura contemporânea de assuntos relativos à ditadura no período de funcionamento da CNV. Portanto, os dados aqui apresentados tiveram a intenção de demonstrar o panorama geral da cobertura e sobre ele refletir. Ainda que as temáticas e os enquadramentos valorizados ou excluídos do noticiário sejam um elemento importante e estejam incluídos na pesquisa, não foram abordados aqui por exigirem reflexão ampla que esgotaria o que se propõe nesta discussão inicial.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2008.

BAUER, Martin W. (2011). Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. p.189-217.

CBN. **Comissão da Verdade é uma questão de Estado e não uma briga pessoal de Dilma**. 2012. Disponível em: <<http://cbn.globoradio.globo.com/comentaristas/roseann-kennedy/2012/05/16/COMISSAO-DA-VERDADE-E-UMA-QUESTAO-DE-ESTADO-E-NAO-UMA-BRIGA-PESSOAL-DE-DILMA.htm>>. Acesso em: 5 jan. 2017.

CNV. **Relatório**. Volume I, II e III. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/textos-do-colegiado/586-epub.html>>. Acesso em: 17 abril 2016.

DATAFOLHA. **Dilma mantém aprovação de 62% dos brasileiros**. Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2012/12/1203094-dilma-mantem-aprovacao-de-62-dos-brasileiros.shtml>>. Acesso em: 12 abril 2016.

HANSEN, Anders; COTTLE, Simon; NEGRINE, Ralph; NEWBOLD, Chris. **Mass communication research methods**. New York: New York University Press, 1998.

HAYNER, Priscilla B. **Unspeakable truths: Transitional Justice and the challenge of truth commissions**. 2ed. New York: Routledge, 2011.

HERSCOVITZ, Heloiza Golbspan. Análise de conteúdo em jornalismo. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

JN. **Integrantes da Comissão da Verdade tomam posse em Brasília**. 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/videos/t/edicoes/v/integrantes-da-comissao-da-verdade-tomam-posse-em-brasilia/1950657/>>. Acesso em: 2 jan. 2017

KRIPPENDORFF, Klaus. **Metodologia de análisis de contenido**. Barcelona: Paidós, 1990.

LEI 12.528, de 18 de novembro de 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm>. Acesso em 12 abril 2016.

SANGLARD, Fernanda Nalon. **Verdades possíveis: o jornalismo brasileiro e as narrativas sobre a ditadura durante o funcionamento da Comissão Nacional da Verdade**. 2017. 299 f. Tese (Doutorado em Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Faculdade de Comunicação Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.